

O CESTE É UM TRATOR! SÓ FAZ O QUE QUER!¹

Neila Soares. Programa de Doutorado em Ciências Sociais/IFCH/UNICAMP (ST 3)

INTRODUÇÃO

A primeira frase que dá título a esta comunicação é do presidente do Incra, Rolf Hackbart,² em setembro de 2010. A segunda, de um engenheiro agrônomo da Superintendência Regional do órgão fundiário no Estado do Tocantins, Luiz Amado, que concluiu de pronto o pensamento do seu chefe.³ Conhecido por seus pares no órgão e entre lideranças regionais de movimentos populares de luta pela terra por seu forte comprometimento com a causa da Reforma Agrária, assim, com um desabafo, o agrônomo iniciou sua participação numa reunião da cúpula do Incra em Brasília com uma comitiva de trabalhadoras e trabalhadores liderada pelo coordenador regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para a bacia dos rios Araguaia-Tocantins, o geógrafo Cirineu da Rocha. Todos na comitiva, inclusive a

¹ Esta comunicação, de caráter exploratório, é fruto de uma incursão pelos dados coletados no trabalho de campo antropológico para a elaboração da minha tese de doutoramento. A tese visa a avaliar a relação do Estado com trabalhadores assentados pelo Incra e, nove anos mais tarde, submetidos ao deslocamento forçado. Assentados no ano de 2001, em fins de 2004, esses trabalhadores foram surpreendidos com a divulgação das primeiras audiências públicas para o licenciamento da UHE Estreito, um grande projeto de infraestrutura energética promovido pelo Estado, controlado por grandes grupos empresariais privados e financiado com recursos de um banco público, cujos estudos de viabilidade técnica estavam em curso desde o ano de 2000 e cuja implementação acarretaria a sua expropriação da posse da terra. A análise centra o foco na trama de relações sociais constituídas em torno das negociações para reparação entre assentados e o empreendedor da barragem. Dela participaram, principalmente, o Ibama, incumbido do licenciamento ambiental da obra, o Incra, o Ministério Público Federal no Estado do Tocantins, o empreendedor, a associação local de representação dos interesses dos assentados e seus assessores no MAB e na CPT, mediadora tradicional das relações desses trabalhadores com o Estado. Ao relacionar essa trama relacional com a configuração do processo de ampliação da acumulação capitalista no Brasil, proponho apresentar uma visão mais nuançada e complexa, porquanto apoiada numa pesquisa qualitativa com observação direta e participante, do Estado em ato numa situação de barragem e da ação de pessoas e grupos diante da expulsão da terra conquistada no sentido de assegurarem para si, nos seus próprios termos, *uma vida de fartura e sem humilhação*. Levando-se em conta que a usina foi licenciada e construída entre os anos de 2002 e 2010, num momento histórico específico em que o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido das lutas operárias e dos trabalhadores do campo, chegara à presidência da República como um partido de esquerda, mesmo reconhecendo a natureza de classe do Estado, ousei perguntar: o que efetivamente mudou no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro aos segmentos subalternos da sua população afetados pela implantação de uma grande barragem, desde os megaprojetos de geração de energia elétrica na abertura política empreendida pelo regime militar no país?

² Rolf Hackbart, economista gaúcho, entre 1991 e 2000, foi assessor técnico da bancada federal do Partido dos Trabalhadores (PT), na Câmara dos Deputados, em questões referentes à política agrícola, agrária e ambiental. Entre fevereiro e setembro de 2003, assessorou o então líder do governo no Senado, Aloísio Mercadante. Em setembro de 2003 assumiu o cargo de presidente do Incra, permanecendo nesse cargo até o fim do segundo mandato presidencial de Lula.

³ Exceto pelos agentes públicos que poderão ser facilmente identificados pela posição que ocupavam no sistema estatal e pelo período focado nesta comunicação e, por esse mesmo motivo, pelo Coordenador Regional do MAB no Estado do Tocantins, todos os demais nomes próprios que aparecem neste texto são fictícios.

pesquisadora,⁴ tinham caminhado toda ou boa parte do trecho de 125 km da BR-153 que liga os municípios de Araguaína (TO) e Estreito (MA). Organizada pelo MAB e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na sua Regional Araguaia-Tocantins, a marcha “Terra, Água e Direitos” objetivou chamar a atenção do governo federal e do público nacional para violações dos direitos de indivíduos e grupos sociais que perderam ou tiveram prejudicados seus meios e modos de vida com a instalação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), construída no trecho do médio Tocantins que serve de fronteira entre os estados do Maranhão e do Tocantins.

O “trator” que “só faz o que quer” é o Consórcio Estreito Energia-CESTE, formado por grandes grupos industriais transnacionais de capital estrangeiro e nacional: GDF-Suez,⁵ de origem franco-belga, com 40,07% de participação no projeto; Alcoa, de origem norte-americana, com 25,49%; Vale (ex-Vale do Rio Doce-CVRD), com 30%, e Camargo Corrêa, com 4,44%, ambos de origem nacional. Reunidos por meio de subsidiárias, esses grupos empresariais venceram o leilão de concessão do 'Aproveitamento Hidrelétrico Estreito' (AHE Estreito) promovido pela Aneel em julho de 2002, adquirindo o direito de construir e operar a usina hidrelétrica para explorar o potencial hidroenergético do rio Tocantins, no local regionalmente conhecido como 'Pedral da Pirarara'.⁶

Com capacidade instalada para gerar 1.087 megawatts de energia, a UHE Estreito pode abastecer uma cidade de quatro milhões de habitantes, segundo o Consórcio Ceste. A seção “Perguntas Frequentes” na sua página na rede mundial de computadores diz:

A energia gerada pela UHE Estreito é disponibilizada por cerca de 140 km através de uma linha de transmissão em 500 kV, até a Subestação de Imperatriz-MA, operada pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE. De lá, a energia produzida na Usina de Estreito é distribuída para todo o território brasileiro, por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), beneficiando consumidores industriais e residenciais, inclusive para os moradores da região onde a usina está implantada.⁷

⁴ Ao longo do texto, emprego o itálico para grafar falas dos agentes locais, sujeitos da pesquisa que fundamenta esta comunicação, em todas as suas ocorrências. O itálico e o negrito combinados indicam ênfase nas falas locais. Minhas ênfases são grafadas com sublinha. Expressões administrativas ou palavras provenientes do discurso governamental aparecem entre aspas simples. Citações, entre aspas duplas.

⁵ À época da licitação internacional do 'Aproveitamento Hidrelétrico Estreito', a fusão dos grupos franceses Suez, privado, e Gaz de France, hoje privatizado, era apenas um projeto. Essa combinação só foi concretizada em 2006 (cf. Lei 2006 – 1537. Disponível em: <http://www.senat.fr/leg/tas06-021.html>).

⁶ O sítio da construção da UHE Estreito encontra-se a montante (5 km) da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, que faz a transposição do rio Tocantins onde se interligam as rodovias federais, BR-010, Rodovia Belém-Brasília, no município de Aguiarnópolis (TO), e BR-230, Rodovia Transamazônica, no município de Estreito (MA).

⁷ Consórcio Estreito Energia – Ceste: Perguntas Frequentes. Disponível em: http://www.uhe-estreito.com.br/ver_secao.php?session_id=91. Acesso em: 20 jul. 2016.

Embora a retórica governamental em torno da instalação da usina tenha sido que ela seria vital para o suprimento de energia elétrica do Brasil a partir do ano de 2010, são mesmo as mineradoras Vale e Alcoa que consomem a maior parte da energia ali produzida. Essa energia possibilitou a expansão das suas atividades eletrointensivas de processamento de minérios e metais em Carajás, no Pará, e São Luiz, no Maranhão, respectivamente.⁸ No dia 30 de novembro de 2010, final do segundo mandato presidencial de Lula, ele acionou o fechamento da primeira comporta do vertedouro da usina. Na ocasião, Franklin Feder, presidente da subsidiária da Alcoa no Brasil, declarou que a empresa atingiria setenta por cento de autosuficiência energética no país com a entrada em operação da mega-hidrelétrica.⁹

A UHE Estreito foi o maior projeto de geração de eletricidade incluído na primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conjunto de investimentos em obras de grande porte lançado pelo governo federal em janeiro de 2007, primeiros dias do segundo mandato presidencial de Lula. Os que assumiram postos decisórios nesse governo pretendiam que o lançamento do programa sinalizasse uma virada em relação ao primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2006) – por vezes considerado um terceiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), dado que a política econômica de corte liberal, tônica desse governo, foi aí continuada e aprofundada –, demonstrando assim sua preocupação com a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego no Brasil (cf. OLIVEIRA, 2003¹⁰; PAULANI 2004, p. 11 e 2008, p.141).

As comportas do vertedouro da usina foram efetivamente fechadas em dezembro de 2010, conforme o exigia o cronograma oficial de execução das obras civis acordado entre seu empreendedor e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), formando um lago artificial de aproximadamente 550 km². Desse total, cerca de 400 km² excederiam a calha natural do rio, cobrindo terras em áreas rurais e urbanas de doze municípios. No Maranhão, Carolina e Estreito, onde foi implantada a parte principal da estrutura do canteiro de obras. No Tocantins, Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins, nos quais foi erguida a parte restante, além de Darcinópolis, Babaçulândia, Filadélfia, Palmeirante, Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratins e

⁸ O contrato de concessão do 'Aproveitamento Hidrelétrico Estreito' (Contrato Nº 094/2002 – Aneel) firmado com as empresas que integram o Consórcio Ceste estabeleceu que a energia elétrica produzida nessa planta industrial hidrelétrica seria comercializada ou utilizada pelas concessionárias, tendo em vista sua condição de 'Concessionárias de Produção Independente'. Segundo a Lei Nº 9.074 de 17 de julho de 1995, a condição de 'Produtor Independente de Energia' assegura aos investidores a possibilidade de comercializarem toda a energia que produzem ou consumirem parte dela.

⁹ Ver: O peso da energia. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 jan. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/869641/o-peso-da-energia#ixzz1xK64e000>. Acesso em: 10 mai. 2011

¹⁰ Sociólogo Chico de Oliveira sai do PT. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 dez. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u56441.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

Tupiratins. Segundo cálculos do MAB-TO, cerca de 5.000 famílias que viviam nas margens e ilhas do trecho do rio que deu lugar ao lago foram forçadas a abandonar suas moradias habituais e/ou perderam o acesso ao rio e suas vazantes, fonte do seu sustento. Segundo estimativa do empreendedor da barragem, cerca de 2.100 famílias foram deslocadas para viabilizar a produção de energia.

A marcha “Terra, Água e Direitos” foi encerrada no primeiro dia de setembro, duas semanas antes da reunião da comitiva de trabalhadores com a direção do Inbra em Brasília, com a proposta da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) de que fosse realizada uma série de reuniões na capital federal entre autoridades de governo no Inbra, Ibama e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e representantes das diferentes categorias de trabalhadores cujas perdas e prejuízos o Consórcio Ceste recusava-se a reconhecer e compensar com justiça: pescadores, barqueiros, barraqueiros, vazanteiros, extrativistas, oleiros, filhos de pequenos proprietários rurais, ocupantes de fazendas, e representantes das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Mucuíba que eu acompanhava.¹¹ Menos de um mês para a realização do primeiro turno das eleições presidenciais daquele ano de 2010 – e menos de três para o ritual simbólico do fechamento da primeira comporta do vertedouro pelo presidente Lula – a ninguém no governo federal ou nos movimentos sociais organizadores da peregrinação parecia interessar o agravamento das tensões entre *atingidos* e o Batalhão da Polícia Militar (12º BPM-Estreito/MA) que guardava a entrada do canteiro de obras do Consórcio Ceste. Ao MAB, uma vez construída a barragem, interessava agora obter vantagens sociais e econômicas para as famílias afetadas pela obra.

Inspirada na proposição da antropóloga Mariza Peirano de que o ritual pode desempenhar o papel de modelo para analisarmos eventos sociais em sentido lato (cf. PEIRANO 2001, 2006)¹², nesta comunicação apresentarei uma descrição analítica da reunião da cúpula do Inbra – para quem “o Ceste é um trator” – com a comitiva de trabalhadores que direta ou indiretamente viviam do rio Tocantins e/ou das suas margens sazonalmente inundadas. Seguindo falas desses agentes públicos situados num nível subordinado do sistema estatal e das lideranças do MAB no evento, tento lançar luz sobre o funcionamento concreto do poder Executivo do federal, sob a direção do PT, no tocante ao processo de licenciamento ambiental da Barra-

¹¹ Localizado no município de Darcinópolis, conhecido como “Portal do Bico”, o Bico do Papagaio – microrregião do extremo norte do Estado do Tocantins delimitada pelos rios Tocantins (leste) e Araguaia (oeste) e composta por vinte e cinco municípios, sendo Darcinópolis o primeiro ao sul – o PA Mucuíba é um dos principais cenários nos quais se centrou o meu trabalho de campo. O outro é o Reassentamento Rural Coletivo Najá (RRC Najá), no município de São Bento do Tocantins, distante cerca de 100 km de Darcinópolis.

¹² Essa proposição é um desenvolvimento da teoria da análise ritual de Stanley Tambiah (1979), antropólogo senegalês radicado nos Estados Unidos.

gem de Estreito e às estratégias de atuação do Consórcio Ceste nas suas negociações para reparação com *atingidos*. Em seguida, voltada para os assentados rurais sujeitos da minha pesquisa etnográfica, sugiro que esse “encontro” de trabalhadores econômica e politicamente marginais com o Estado desempenhou outros papéis que não só o de fornecer ocasião para a apresentação de demandas coletivas e a tentativa de obtenção de compromissos por parte desses trabalhadores do campo.

AS FAMÍLIAS ATINGIDAS NO PA MUCUÍBA: ANTECEDENTES DO DESLOCAMENTO FORÇADO

*Nós morava na terra da quinta, pro rumo do Porto Franco [MA]. Aí nós fiquemo assim grandinha e papai veio aqui pro estado do Tocantins, que naquele tempo chamava por Goiás. Aí ele chegou e disse assim pra mamãe: Antonia, vamo embora pro Goiás, eu vou morar lá perto do teu irmão, de junto do Zé Ferreira, lá perto do rio Tocantins. [...] Aí o papai regaçou de lá pra cá mais nós. Caminhando, **no chão!** Selou um animal e botou os miudinho e outros veio caminhando. [...] Eu 'tava parece que é com oito anos. Viemo andando até chegar aqui, na beira do rio Tocantins. Aí lá foi crescemo. Crescemo e aí eu cheguei dezesseis anos, aí foi que eu vim aqui pro rumo de Araguaína. Aí fiquei trabalhando. De lá da beira do rio nós já trabalhava em terra alheia, lutando, lutando¹³ em terra alheia, plantava uma planta em terra alheia, não podia plantar coisa de futuro, tá entendendo? Porque se terminava, a gente ia embora e não chegava nem a chupar! Aí eu sempre lutava, com fé em Deus que um dia eu ia ter uma terra, com fé em Deus que eu ia ter uma terra! Aí quando pensa que não. . . eu tava trabalhando plantando roça, direto plantando roça. Nem a leitura eu nunca pude ter, porque no tempo que eu nasci a leitura era paga! A mamãe pelejou demais pra ver se conseguia um professor pra colocar nós na escola, aí não conseguiu. Nós fiquemos sem saber ler!¹⁴ Aí foi que foi o ofício de fazer roça! Trabalhei na roça direto, plantando rocinha, plantando rocinha e lutemos, lutemos, mas nas terra alheia. Aí, quando pensa que não, Deus abriu uma porta, olha nós aí em riba d'uma terra. Aí, quando pensa que não, lá vem a barragem, que diz que ia tomar lá, aí nós já fiquemo chorando, como medo de ficar descolocado sem essa terra. A melhor coisa do mundo é ter um pedacinho de terra pra gente trabalhar dentro! (Dona Mundica)*

Lá dava pra viver, lá dava pra viver, Dona Mundica repetia num tom melancólico, enquanto preparava um cafezinho para tomarmos juntas.¹⁵

A criação do PA Mucuíba foi consequência do que Leite et al (2004, p. 48) designam como "ocupação paulatina": uma ocupação não precedida por ação coordenada e orientada politicamente (por sindicato, movimento popular de luta pela terra, ou organização vinculada

¹³ Como mostra Comerford no seu livro *Fazendo a Luta* (199, p. 29), o que está sendo afirmado aqui com o uso repetido do termo "luta" é o valor, a dignidade da pessoa que experimenta na vida cotidiana o sofrimento do trabalho árduo em terra alheia ou no próprio lote. Com argúcia, esse antropólogo vê aí uma defesa daquele que luta – labuta e dificilmente vence, acrescento – contra a possibilidade ter sua respeitabilidade denegada. De fato, uma afirmação de que nessa situação não há motivo para o sentimento de vergonha.

¹⁴ Como Dona Mundica, a maioria dos adultos no PA Mucuíba tinha baixa escolaridade ou nunca tinha podido frequentar escola, tendo migrado do Maranhão para o Tocantins com os pais, já casados ou separados e com filhos, em busca de melhores condições de vida.

¹⁵ Conversa informal no Reassentamento Rural Coletivo Najá, em setembro de 2011.

a Igrejas). Em meados do ano de 2000, famílias vizinhas nos arredores da sede municipal de Wanderlândia ouviram uma *atoarda* sobre a fazenda com terras boas às margens do Tocantins cujo *dono não ligava mais*. Entraram na terra, brocaram roçinhas e foram despejados por ordem judicial quase um ano depois. Aconselhadas por uma vereadora do PT naquela cidade, procuraram o escritório da CPT em Araguaína e, depois de *uma greve na porta do Incra* nessa cidade, noventa dias passados desde o *despeção*, entraram na fazenda novamente, agora numa *carrada* conduzida pelo Frei Xavier Plassat. *Daquele tempo até chegar essa barragem, nós nunca mais entremos numa causa sem o apoio da CPT!*, ouvi do Badu, um dos *primeiros* na ocupação, quando conheci esses assentados em 2008. Badu, que veio a ser meu principal interlocutor no trabalho de campo e na análise dos dados aí coletados, me contava então sobre sua participação na *luta* dos trabalhadores no PA Mucuíba *por um pedaço terra para trabalhar*. Mal terminara seu relato, Dona Lavínia, sua sogra, emendou o lamento:

Aí é que é triste, não é siá? Agora querem tirar a gente daqui sem os direitos da gente! Perder de novo o nosso suor! Depois de dez anos sofrendo, lutando, lutando, viajando pra Wanderlândia... Setenta quilômetros!!! No começo era de pé, depois é que foi montado na bicicleta! Agora acontece essa barragem pra arrancar todo mundo daqui!

Com *chegada da barragem*, todos no assentamento se diziam *desplaneados*: sem saber se plantavam, sem saber quando nem onde a água ia chegar e acima de tudo sem saber se teriam outras terras para morar e produzir *libertos*, não *sojigados* por patrões mais uma vez. A maioria dessas mulheres e homens tinha experimentado as relações sociais hierárquicas e violentas do campo brasileiro *na juquirá*¹⁶ – sobretudo entre os que foram deslocados com a construção da barragem, pois, na condição de *primeiros* [na ocupação], delimitaram seus lotes na beira do rio Tocantins. Na percepção dessas pessoas historicamente excluídas, o acesso à terra para trabalhar já resultou na melhoria das suas condições de vida, considerando-se aquilo com que podiam contar no período imediatamente anterior à sua entrada na fazenda. Combinando diferentes atividades produtivas – o roçado, o pesca, a criação de gado e de pequenos animais, e a coleta de frutas nativas *pra comprar um açúcar, um café, uma coisinha*,¹⁷ elas conquistaram no PA Mucuíba *a vida de fartura e sem humilhação* que sonhavam, como me disse Badu:

Quem é que vai me pagar isso, Dona Neila? Não tem o que paga! A nossa vida aqui nesses oito anos, é que nem eu tava falando: não existe dinheiro, não existe nada na face da terra que paga o sossego e a segurança de uma pessoa, mesmo que ele viva uma vida meio carente! Porque na nossa área a terra não é muito boa, não qualifi-

¹⁶ A limpeza do terreno para formação de pastagens para a pecuária extensiva nas grandes e médias propriedades rurais no 'Bico do Papagaio'. Recrutados por *gatos*, trabalhavam como assalariados temporários, sem contrato de trabalho formalizado, às vezes enfrentando as piores condições de trabalho e vida.

¹⁷ Produtos socialmente considerados supérfluos.

ca dez. Mas a terra, tudo que planta dá, dá pouco porque a gente planta pouco. Água nós tem por fartura. Tem o rio, tem o peixe, tem as frutas que é nativa – bacuri, pequi, buriti –, tem tudo! E é uma comunidade que a gente considera uma família, porque é tudo pessoa da nossa região, vizinho. . . Então a gente conseguiu essa confiança, essa amizade, 'né? Mesmo com a distância com a cidade, mas tem acesso, não com facilidade, mas com dificuldade, mas sair daqui ninguém quer sair! [...] Do meu ponto de vista, Dona Neila, essa terra que vai me devolver vai ser minha verdadeira indenização, porque eu não 'tô visando casa, não 'tô visando creche, infraestrutura, nada! É a terra!

Conheci Badu, Dona Lavínia e Dona Mundica em 2008, numa visita curta ao assentamento. Na ocasião, vinte e oito das cinquenta e seis famílias lá assentadas começavam a colher os frutos de outra ação direta coletiva que tinham empreendido em junho daquele ano: a ocupação de parte da Ferrovia Norte-Sul (FNS). Na construção do subtrecho Aguiarnópolis-Araguaína, tratores da empresa encarregada da obra tinham destruído cancelas, cercas, plantios e oito cabeceiras de rio (nascentes permanentes), únicas fontes de água limpa que abasteciam suas casas. Com outras vinte e sete famílias de posseiros, moradores de povoados vizinhos também afetados, e a mediação do procurador-chefe da República no Estado do Tocantins, Álvaro Manzano, elas negociavam naquele momento o último de uma série de nove acordos firmados com a Valec,¹⁸ empresa responsável pela execução do projeto da ferrovia. Quatro anos de negociações frustradas tinham passado, malgrado a mediação do MPF, do Inca, do Ibama e da CPT. Dessa vez, entretanto, a decisão impedir a passagem dos trens que transportavam material para a construção do subtrecho ferroviário Araguaína-Guará (TO) rendera finalmente o pagamento das indenizações reivindicadas.

A vivência coletiva do acampamento nos trilhos da FNS *serviu como uma escola* – para a resistência ao Consórcio Ceste –, ouvi das mulheres no assentamento. Com suas crianças e parentes idosos, elas tiveram papel de destaque nessa iniciativa política que culminou com a presença da polícia federal. Agora essas trabalhadoras e seus maridos já não eram *só assentados*, mas sim *os assentados do PA Mucuíba*, protagonistas da paralisação da obra da Vale que tinham obrigado o poder público a tomar conhecimento da sua situação e conseguido atrair para si a atenção da mídia televisiva regional e nacional.

Doze projetos de assentamento criados pelo Inca foram parcialmente submersos com a subida das águas nos duzentos e sessenta quilômetros de extensão do lago artificial da UHE Estreito, nove no Estado do Tocantins e três no Maranhão. Das cento e setenta e duas famílias

¹⁸ Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S. A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes que tem a função social de construir e explorar infraestrutura ferroviária no território brasileiro (cf. <http://www.valec.gov.br/valec.htm>, acesso em março de 2009). O trecho da FNS que atravessa o PA Mucuíba, entre os municípios de Açailândia (MA) e Palmas (TO) foi subconcedido à Vale em 2007, pelo prazo de 30 anos (cf. <http://www.valec.gov.br/FerroviasFNSAcailandia.php>).

que perderam áreas de vazante nos seus lotes ou que foram forçadas a deixá-los de vez para dar lugar ao lago, apenas trinta e seis, entre assentados e agregados¹⁹ no PA Mucuíba, depois de um longo e aflitivo processo de negociações com o consórcio, obtiveram a reparação reclamada – outras terras, novas casas e o pagamento de indenizações pelas melhorias que realizaram nas terras em que moraram e produziram por quase uma década, *trabalhando à vontade* e comendo, elas mesmas, à vontade, os frutos do seu próprio suor.

O *companheirismo* da CPT, expresso na assessoria competente da advogada Maria Trindade Gomes Ferreira, falecida em 2010, com certeza contribuiu para esse resultado. Assim também os esforços do coordenador regional do MAB, Cirineu da Rocha, que desde fins de 2004 passara a visitar o assentamento a fim de organizar a resistência contra a construção da Barragem de Estreito e, após o Ibama emitir a Licença Ambiental de Instalação (LI) da obra, em dezembro de 2006, a luta pelo reassentamento. Sem dúvida houve divergências entre chefes de família no que concerne à opção pelo reassentamento rural coletivo. Alguns consideraram aceitar a ‘carta de crédito’²⁰, temerosos da *força do Ceste – mais forte que o Governo?!* Nas interações do dia-a-dia, não era raro ouvir avaliações negativas da conduta combativa dos *dirigentes* da associação local dos trabalhadores, nas reuniões com o consórcio. *Falar agressivo não resolve questão!*, disse um assentado que àquela altura já atribuía ao *fator sorte* o bom desfecho das negociações individuais de indenização dos posseiros nos povoados vizinhos – *uns tinham saído com muito dinheiro, outros sem nada!* No entanto, como ouvi numa conversa informal entre parentes vizinhos, ainda que estivesse difícil *botar confiança nos dirigentes* – sobre quem pairavam suspeitas de cooptação pelo proprietário do imóvel rural escolhido para a construção do reassentamento, considerando-se a frequência das visitas particulares do corretor interessado na transação às suas casas –, em janeiro de 2010, quando o diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, Celso Lacerda, esteve no assentamento, essas famílias eram mesmo, em bloco, “a única aporrinhção do Consórcio Ceste”, ele declarou.²¹

¹⁹ Agregados, no contexto do assentamento, são pessoas que, individualmente ou com suas famílias, vivem e cultivam no lote de um assentado com quem são relacionadas por consanguinidade, afinidade, compadrio e/ou amizade.

²⁰ Modalidade de compensação preferida pelo Consórcio Ceste, dado que, aceita, encerrava qualquer responsabilidade sua quanto à estabilidade econômica do recebedor. O valor oferecido aos trabalhadores nos projetos de assentamento do Incra foi R\$ 42 mil, quantia insuficiente, segundo cálculos disponíveis na Superintendência Regional do Incra no Tocantins para precisar o parcelamento mínimo sustentável para viabilizar a vida de um pequeno agricultor e sua família na região.

²¹ Engenheiro agrônomo e matemático, Celso de Lisboa Lacerda atuou em cooperativas e prestou assessoria técnica em assentamentos da reforma agrária no interior do Paraná. Superintendente Regional do Incra nesse

Celso Lacerda era coordenador de um dos Grupos de Trabalho (GT) instituídos na Casa Civil da Casa da Presidência da República para monitorar a execução das obras do PAC – espaços institucionais de relação e interlocução do poder Executivo federal com os empreendedores das obras. Sua reunião com as famílias atingidas no PA Mucuíba deveu-se justamente às queixas do consórcio sobre essa “aporrinhção”. Após uma breve apresentação do seu papel no GT que acompanhava “as obras que interferiam [*sic*] nos projetos de assentamento do Incra”, ele esclareceu por que tinha solicitado a reunião:

*Agora, o quê que tá acontecendo que motivou a gente vir aqui? De fato o que tá pegando mesmo com relação à questão de assentamento lá em Brasília são vocês aqui do PA Mucuíba. Porque o reclame é esse: o assentamento não deixa o consórcio entrar pra fazer o piqueteamento, vai chegar a água e tal.... Isso tá atrasando. Tem também o argumento: –“ó, nós já temos uma decisão judicial pra entrar na área, mas nós não queremos criar conflito, não queremos mexer com polícia...” Ai nós tivemos uma reunião na semana passada na Casa Civil, com a direção do Ceste. Estive lá o presidente do Ceste mais uma diretora que cuida dessa parte aqui²² e foi colocado algumas questões. Ai a gente tirou um encaminhamento de eu vir aqui hoje pra de fato ver o quê que ‘tá acontecendo. Mas os argumentos deles são: –“olha, não arrumamos uma área ainda pra assentar as famílias porque eles indicaram uma única área e essa área é muito cara!” E qual que é o contra-argumento nosso? “Bom, vocês não querem comprar essa área, mas vocês fizeram proposta para outra área? “Não, não fizemos”. O segundo ponto deles é: –“Ah, os assentados ‘tão reclamando lá que não receberam ainda os Laudos de Avaliação das Benfeitorias!” Ai eles alegaram lá que esses laudos já tinham sido encaminhados para o Incra, mas não foram! Mas a gente não sabia na hora se tinham ido ou não. E eles também alegam que muitas das famílias aqui do PA Formosa querem a carta de crédito, só que eles não conseguem entrar aqui pra poder ver quem é quem. “Então tudo bem, então nós vamos lá e vamos ver quem quer e quem não quer”. Então ficou de eu vir aqui com um propósito, com algumas coisas pontuais que nós temos que encaminhar aqui. Primeiro é esse ponto. Algumas famílias aqui querem a carta de crédito ou não? Se todo mundo não quiser, nós vamos fazer um documento aqui e todo mundo vai assinar esse documento e nós vamos levar lá pra Casa Civil e vai ser a prova que eles vão ter que reassentar se eu não me engano trinta famílias aqui que vão ser atingidas. Então esse já é um grande trunfo! Outra coisa que eu já ouvi quando eu cheguei aqui que é importante: parece que existe já um contrato de compra e venda da Fazenda Najá com o Ceste. Então, se existir, ele é importantíssimo! Eu **preciso** desse contrato pra eu levar lá pra Casa Civil! Eles disseram que não fizeram nenhum movimento pra comprar a área porque a área é muito cara. Então se existe um contrato, nós precisamos levar esse contrato pra gente apresentar lá. É importante a gente levar isso pra lá. E a questão dos Laudos de Avaliação, nós vamos argumentar que nós não recebemos nada até agora. ‘Tá nesse pé, pessoal. Eu queria agora muito mais ouvir vocês, os argumentos que vocês têm, pra depois a gente poder discutir como é que a gente encaminha as questões aqui do PA Mucuíba e outras questões talvez, se tiver aqui... Os argumentos que a gente tem pra eu poder levar lá e fazer uma discussão com um pouco mais de qualidade... porque a gente não ‘tá conseguindo fazer por falta de argumento mesmo!²³*

estado desde 2003, em 2008, deixou o cargo para assumir a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra.

²² Norma Pinto Vilela, Diretora de Sócio-Economia do consórcio.

²³ Numa entrevista com Celso Lacerda depois da reunião, ele contrastou a morosidade e a dificuldade do Incra para subsidiar a Casa Civil com informações fidedignas sobre as negociações entre os assentados no PA Mucuíba e o Consórcio Ceste com a agilidade e a facilidade do Consórcio para se fazer ouvir e acreditar pela

A emissão Licença Ambiental de Operação (LO) da Barragem de Estreito estava condicionada à conclusão dessa demarcação da curva de inundação do seu futuro lago no PA Mucuíba. Além disso, essa medição era imprescindível aos planos do consórcio, que relutava em formalizar a compra da Fazenda Najá, alegando que o preço pedido pelo proprietário do imóvel estaria super inflacionado.²⁴ Negociar outra área de terras também exigia identificar quais parcelas seriam submersas ou ‘diretamente interferidas’, nos termos do consórcio, logo incorporados pelo Incra e a Casa Civil. Mais importante, dias antes da reunião com o diretor do Incra, a Associação Maria Trindade, organização de representação dos interesses dos trabalhadores no projeto de assentamento, enviara à sua diretoria um documento no qual condicionava a autorização da execução dos serviços topográficos de demarcação à compra da Fazenda Najá e à liberação imediata dos ‘Laudos de Avaliação de Benfeitorias’. Uma cópia do documento foi endereçada ao procurador-chefe da República no MPF-TO e outra à própria Casa Civil. Para aquelas pessoas confrontadas com o deslocamento forçado, ouvi nas suas avaliações do evento, a fala de Celso Lacerda lembrou a pergunta que um agente pastoral deixara no

instância de coordenação das obras do PAC. Da falta de recursos humanos e financeiros do órgão fundiário federal para desempenhar suas funções no campo, resultaria a dificuldade da Casa Civil em “fazer um conceito sobre o que está acontecendo aqui em baixo”, disse ele, recorrendo à topografia vertical que figura o Estado pairando sobre a sociedade sem dela fazer parte, como se fosse um árbitro desinteressado dos conflitos que ali acontecem. Enquanto a Superintendência Regional do órgão fundiário no Tocantins tinha apenas um engenheiro agrônomo para acompanhar as negociações entre assentados e o consórcio, entre outras atribuições do técnico, ele disse, várias empresas terceirizadas do consórcio trabalhavam nessas negociações, “com talvez centenas de pessoas atuando aqui dentro” – do ambiente da obra, a ambientada, ou seja, as populações humanas afetadas, rebatidas que são para o fundo natural contra o qual a obra se destaca, assumindo o lugar e os valores de sujeito, como bem observam Viveiros de Castro e Andrade (1988, p. 10)]. Daí a facilidade do consórcio de levar “informação para a Casa Civil na ótica deles de como é que está o andamento da obra, quais são as questões que eles avaliam como empecilho pra obra ter celeridade”. Assim, ele continuou, “a gente percebe que as informações que chegam para esses grupos que têm o poder para interferir na decisão da obra lá na Casa Civil, elas chegam muitas vezes distorcidas”. Além disso, ele acrescentou, “o Ministério de Minas e Energia tem muita pressa na execução dessas hidrelétricas”. E concluiu:

“E eu vejo que se a gente fosse cumprir toda a necessidade de interação e discussão com essas famílias, de ouvir de fato as angústias que elas têm, seus problemas, suas dúvidas, talvez a gente precisasse um tempo muito maior daquele [sic] tempo que uma obra dessas demanda para ser construída.”

De resto, como disseram Viveiros de Castro e Andrade (1988, p.10), não se consultam objetos!

²⁴ Em 2012, pude verificar com um vereador de São Bento do Tocantins, município onde foi estabelecida a fazenda, que o preço máximo de um alqueire de terras no lugar era sete mil reais. De fato, exatamente a metade do valor do alqueire que, em 2010, o Consórcio Ceste pagou ao proprietário, Júnior Marzola, presidente da Federação da Agricultura no Estado do Tocantins (FAET). Suplente pela coligação PMDB-DEM nas eleições do ano de 2006, na ocasião da transação com o consórcio, Júnior Marzola exercia o mandato de deputado federal que assumira em junho de 2010. Em outubro desse mesmo ano, licenciou-se do cargo para disputar as eleições, tendo desistido da sua candidatura em favor do filho da Senadora Kátia Abreu, Irajá Abreu. Decepcionado com seu partido, o Democratas (DEM), Marzola ingressou ativamente na campanha pela reeleição do governador do Tocantins pelo PT, Carlos Henrique Gaguim. Por sua relação com os *dirigentes* da associação de trabalhadores do PA Mucuíba, Marzola fez contribuições em espécie para o acampamento dos atingidos por barragem que o MAB manteve por pouco mais de um ano na circunvizinhança do canteiro de obras da UHE Estreito no município de Estreito.

ar durante a reunião preparatória que a CPT e o MAB coordenaram na véspera da sua chegada ao assentamento: “Estará o Incra facilitando o lado consórcio?” Ou, na tradução feliz de Elpídeo, pastor evangélico loquaz e *dirigente* da associação, para a audiência nessa reunião preparatória: “*Será o Incra um tucunaré ou uma piaba?*”²⁵

REUNINDO COM O PRESIDENTE DO INCRA APÓS A MARCHA “TERRA, ÁGUA E DIREITOS” (AGO.-SET., 2010)

O presidente do Incra iniciou a reunião dizendo-se "vendido quanto à pauta". A declaração causou estranheza porque as reivindicações dos trabalhadores na marcha tinham sido publicadas durante o evento e entregues ao Gerente de Meio Ambiente e Relações Institucionais do Consórcio Ceste, Isac Braz Cunha, que recebeu lideranças do MAB, MST e CPT quando a manifestação alcançou a entrada do canteiro de obras da Barragem de Estreito. O MAB tinha, inclusive, encaminhado cópia do documento à Secretaria Geral da Presidência da República e à casa Civil logo após o encerramento da peregrinação.²⁶

Sentados imediatamente à direita de Rolf Hackbart, na longa fila de carteiras dispostas em forma oval na sala de reuniões da presidência, estavam dirigentes da Superintendência Regional do Incra no Mato Grosso do Sul, um prefeito e vereadores de municípios naquele estado. Eles traziam uma relação imensa de questões sobre a intervenção da direção nacional do Incra naquela superintendência por suspeita de fraudes. Cirineu ocupou o primeiro assento na sequência desse grupo e me convidou a ocupar a cadeira ao seu lado. Logo à esquerda de Hackbart, estavam sentados Celso Lacerda, Luiz Amado, dois representantes da coordenação nacional do MAB, Eduardo Hess e João Sobis, além do Superintendente Regional do Incra no Tocantins, Ruberval Gomes da Silva e, já passadas as apresentações, um assessor da presidência. Antes das autoridades e das lideranças do MAB ocuparem seus assentos, os integrantes da comitiva de trabalhadores *atingidos* pela barragem se distribuíram dos dois lados da mesa, ocupando os assentos mais distantes do ponto mais alto do seu eixo central, onde Hackbart se sentou. Pareceu que compartilhavam a mesma percepção do evento e de seu papel nele, como

²⁵ Espécie bastante agressiva, nas águas do Tocantins o Tucunaré “caça” a piaba.

²⁶ As reivindicações mais importantes publicadas pelos manifestantes durante a marcha eram: cumprimento das propostas dos pescadores apresentadas ao Consórcio Ceste; o reconhecimento de meeiros, arrendatários e extrativistas cadastrados pelo Incra, mas ignorados pelo consórcio; a definição e o cumprimento de acordos com os povos indígenas *atingidos*; a negociação para resolver problemas estruturais nos reassentamentos; a revisão das áreas consideradas de risco, com possíveis novas indenizações; o reconhecimento e a indenização de barqueiros e barraqueiros e a reposição das áreas públicas alagadas, sobretudo os 17 mil hectares de terra perdidos em ‘Projetos de Assentamento da Reforma Agrária’, para o assentamento de famílias carentes, no lugar do pagamento de indenização à União por essas terras.

se, exceto pelo momento das apresentações individuais na abertura da reunião, estivessem ali para ouvir, bem mais do que para falar. Suas reivindicações seriam rerepresentadas pelos seus assessores no MAB.

Sobis sugeriu a Hackbart que começasse a reunião “pela Barragem de Estreito” e os demais temas trazidos pelo MAB, deixando a discussão da intervenção na Superintendência do Inbra sediada em Campo Grande (MS) para o final da manhã. Não houve contestação e o presidente então deu início às apresentações. Ciente das implicações éticas de uma pesquisa que analisa interações de funcionários e instituições do Estado com seus cidadãos, especialmente quando se trata de indivíduos e grupos nas suas margens sociopolíticas e territoriais (cf. BEVILÁQUA, 2003), apresentei também o tema da minha pesquisa e recebi no ato cumprimentos do presidente pelo meu “interesse numa questão tão espinhosa!”

Sentado diante dos coordenadores nacionais do MAB, o que facilitava sua comunicação visual com os dois, Cirineu introduziu uma questão urgente, ele disse, “de cunho nacional” – que o Inbra assentasse todas as famílias de posseiros em terras da União inundadas com a formação de lagos de barragens. Mal iniciava a discussão do já afamado caso dos “assentados do PA Mucuíba”, contra quem, poucos dias antes do início da marcha, a empresa subsidiária da Alcoa no controle compartilhado da UHE Estreito tinha interposto uma ação de desapropriação, Celso Lacerda interrompeu sua fala.²⁷ O corte súbito respondeu a uma provocação do presidente. Encolhendo os ombros num gesto de quem cobra satisfação do diretor, ele mostrou estar mesmo “vendido quanto à pauta”.

Celso Lacerda logo retomou a questão do pagamento das áreas inundadas nos assentamentos do Inbra afetados pela UHE Estreito, dizendo que não tinha clareza se o pagamento deveria ser feito em novas terras ou dinheiro. Ele esclareceu que uma reunião com representantes do Consórcio Ceste seria realizada ainda naquele mês de setembro justamente para discutir essa questão, acrescentando que, numa discussão recente do seu Grupo de Trabalho na Casa Civil, a Diretora de Sócio-economia do consórcio tinha informado que sete imóveis na zona rural do norte tocantinense já haviam sido adquiridos para este fim. Mas não descartava

²⁷ Com o Inbra incluído no pólo passivo, a ação ajuizada pela Alcoa Alumínio S.A. e demais empresas reunidas no Consórcio Ceste contra as famílias que seriam deslocadas do PA Mucuíba pedia que elas deixassem o assentamento imediatamente, antes do consórcio concluir as obras de construção do novo assentamento que iria abrigá-las. Dada a previsão do fechamento das comportas da usina para dezembro daquele ano de 2010, o consórcio tinha urgência em realizar a chamada ‘limpeza do terreno’ – o desflorestamento e demolição de edificações na área de formação do reservatório da UHE Estreito. Mais importante, a inicial também pedia que o Inbra autorizasse de imediato a entrada de técnicos agrimensores no PA Mucuíba e garantisse a demarcação da linha d’água do reservatório, sem que os assentados obstruíssem seu trabalho. Todas as tentativas do consórcio no sentido de iniciar essas medições tinham sido rechaçadas pelos *dirigentes* da associação local e por moradores mais próximos da estrada que corta o assentamento com ameaças à integridade física dos técnicos e seus equipamentos.

a possibilidade do Inbra ter que “entrar na justiça” para que o pagamento fosse concretizado, desabafou. Concluindo sua intervenção, em quase-coro com seu colega assessor da presidência, ele disse que não lhe parecia impossível que as terras adquiridas pelo consórcio, para reassentar *atingidos* ou pagar ao Inbra as áreas de terra inundadas nos seus projetos de assentamento, fossem na verdade, também elas, terras União!

"Quem dá todo poder para o Ceste fazer o que faz é a Casa Civil!", Cirineu retrucou. Sua ironia desencadeou uma série de provocações que me fizeram lembrar um repente nordestino. "É claro que tem um jogo de poder, que tem decisão que não passa pelo Inbra!", disse o assessor da presidência, pondo a nu as fissuras do governo. Em seguida ele sugeriu que o Inbra fizesse “uma aliança com o Ministério Público Federal”. "Virá porrada de cima!", ele antecipou, "mas ainda assim", concluiu dirigindo-se aos coordenadores do MAB, “se resta um caminho ao Inbra... é o caminho da via judicial!”.²⁸

Em silêncio até então, os trabalhadores na comitiva de *atingidos* entreolhavam-se incrédulos. Samuel e Edileusa, representantes dos assentados no PA Mucuíba que eu acompanhava, me disseram que tinham confirmado ali o que vinha sendo articulado no assentamento e registrado por mim nas entrevistas com mulheres e homens adultos ali sobre suas experiências de ‘encontro’ com agentes do Estado, a partir da sua reunião com Celso Lacerda. Nos dramas, reclamações, pedidos de ajuda, de conselho ou de consolo desses meus interlocutores, alguns diziam em tom de lamento: *o Ceste passa da Lei! O Ceste é a Lei!*

Samuel era um dos *dirigentes* da Associação Maria Trindade. Ele falava muito pouco nas reuniões no assentamento. Evangélico, no acampamento que o MAB organizou próximo à entrada do canteiro de obras da barragem, ele se destacou por conduzir as orações da manhã, quando falava da *experiência* – no sentido de prova, de passar por – *dos trabalhadores aquele tempo todo debaixo das barracas* a partir do texto bíblico. Aproveitando-se de um instante de silêncio que seguiu o desabafo do assessor da presidência, Samuel arriscou uma oportunidade de participação e retomou o tema das famílias forçadas a deixar suas terras e seu suor no PA Mucuíba. Grave, ele falou da sua preocupação quanto às obras de construção das casas no

²⁸ Durante o Governo Lula, entendo, o peso específico da Casa Civil da Presidência da República no sistema estatal não pode ser separado da sua principal ocupante, a ministra Dilma Rousseff, entre 2003 e 2005, chefe do Ministério de Minas e Energia (MME). Na verdade, na chamada “era Lula”, antes de alcançarem esse “centro decisório” – “*locus* institucional para o qual as demandas de classes, frações e grupos sociais são prioritariamente dirigidas e onde as *decisões fundamentais* são efetivamente tomadas, não se subordinando hierarquicamente, nesse particular, a nenhuma outra agência burocrática no conjunto do sistema estatal” (2005, p. 18) –, as demandas da classe trabalhadora eram dirigidas e administradas pela Secretaria Geral da Presidência da República. Assim, não parece despropositado sugerir que a SGPR foi o *locus* da docilização, nos termos de Foucault, dos movimentos populares e organizações não governamentais progressistas da sociedade brasileira.

‘Reassentamento Rural Coletivo Najá’ (RRC Najá).²⁹ Segundo avaliação dos *dirigentes*, das trinta e seis casas em construção para a mudança das famílias, menos de quinze suportariam as chuvas do *inverno*, dado que muitas tinham sido erguidas em *baixões* e sobre minadouros, ele disse. Exaltando a *resistência das famílias do PA Mucuíba*, ele condenou a indiferença do Inbra relativamente aos trabalhadores nos outros assentamentos parcialmente alagados pela barragem – uma vez feita a opção pela carta de crédito, o assentado passava a constar como ‘desistente’ na relação dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou seja, ficava impedido de se cadastrar para ser beneficiado com lotes em outros assentamentos. “Puseram tanto medo nas famílias que muitos até abandonaram os lotes e só depois foram atrás da mixaria!”, ele disse, referindo-se ao valor estabelecido pelo Consórcio Ceste para essa forma de reparação e às ameaças dos empregados da empresa contratada pelo consórcio para tratar do “social”.³⁰ Segundo essas pessoas, a força policial seria usada, caso houvesse resistência. "Esse foi o grande jogo sujo do consórcio! Eles foram tão mentirosos que pressionaram todas as famílias assentadas a receberem carta de crédito!", completou Celso Lacerda.

"Não quero mais choro!", Hackbart cortou os dois. Voltando-se para os coordenadores do MAB, ele perguntou o que era possível fazer àquela altura e se, no histórico das lutas por direitos em torno da instalação de barragens no país, havia precedentes que pudessem nortear a conduta do Inbra naquela questão. Acrescentou em seguida que uma "bomba relógio poderia explodir no dia 4 de outubro", o dia seguinte da realização do primeiro turno das eleições presidenciais – considerava a possibilidade da eleição, já naquele turno, da Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, nos seus termos, a ‘Mãe do PAC’.

"E a grande bomba vai cair bem no colo do Inbra", Sobis respondeu em tom de provocação. O momento é esse, ele advertiu, "agora, o da LO!" – o do Ibama emitir a Licença de

²⁹ Na ida para o campo no início de agosto de 2010, decidi passar pela sede do Inbra em Brasília para uma conversa com uma assessora da Diretoria de Obtenção de Terras que esteve no PA Mucuíba com Celso Lacerda. Na conversa, soube que o Consórcio Ceste estava concluindo as obras de construção das casas e estradas no reassentamento. Logo que cheguei à Araguaína, encontrei Samuel e Elpídeo no escritório da CPT. Perguntei aos dois *dirigentes* se eles se estavam acompanhando as obras. Eles sequer sabiam que elas já tinham sido iniciadas seguindo entendimentos do consórcio com aquela diretoria. Decidimos assim ir até São Bento do Tocantins, onde a estava localizada a Fazenda Najá I, finalmente adquirida pelo consórcio para implantar o reassentamento rural coletivo. A reação dos dois foi de assombro. Jamais imaginaram que não seriam consultados sobre os locais onde suas novas casas seriam construídas; nem tinham decidido sobre a divisão dos lotes no lugar.

³⁰ O termo 'social' – o social dos tecnocratas, como lembram Leite et al. (2004, p. 104) – aqui indica tudo que diz respeito aos indivíduos e grupos sociais que vivem nas áreas que servem de base para a construção de uma usina hidrelétrica ou que desenvolvem atividades produtivas baseadas nos recursos naturais existentes nos diferentes ecossistemas nessas áreas. Como coloca Sigaud (1990, p. 97), o 'social' não passa de um problema que deve ser resolvido dentro do ou no limite do cronograma da obra; as soluções para o 'problema' são sempre desfavoráveis aos atingidos pela obra.

Operação para a UHE Estreito.³¹ "Esse é o momento do acordo! Talvez seja possível agir agora!", ele insistiu. "É. Depois de fecharem a barragem, Inês é morta!", disse o assessor da presidência. No entendimento dos coordenadores do MAB, o Inbra deveria aproveitar a "conjuntura favorável" – o período entre aquele momento, início de setembro, e o da realização das eleições presidenciais em outubro – para exigir do consórcio a compra de terras a fim de assentar famílias de trabalhadores sem terra e reassentar famílias deslocadas por barragens. "Mas nem topa forçar a empresa a comprar terras o MME topa!", Celso Lacerda disse. "O grande trunfo do Inbra", Sobis insistiu, "é dizer que não vamos, **como instituição**, concordar com a emissão da LO e principalmente partir pra cima do Ceste, exigindo a compra de terras!". "Vou tentar jogar pesado com o Ibama!", Hackbart se comprometeu respondendo à provocação. Ele disse que participaria de uma reunião na Casa Civil na semana seguinte. "Do ponto de vista institucional", concluiu encerrando a parte da reunião concedida à 'questão da Barragem de Estreito' naquela manhã, "se o Inbra for consultado sobre a emissão da LO, dirá que a licença não seja emitida!".

À tarde, Rolf Hackbart dedicou toda a reunião às questões relacionadas à reparação dos atingidos por barragens no país, em particular às relativas à implantação da UHE Estreito. Como acordado na manhã, Sobis falou das reivindicações do MAB quanto ao passivo social e ambiental das barragens construídas desde fins dos anos 70. Segundo estimativa do movimento, ele disse, cerca de um milhão de pessoas foram deslocadas compulsoriamente para a implementação de grandes projetos de hidrelétrica no Brasil. E para cada cem famílias forçadas a deixar as terras em que moravam e produziam, ele disse, setenta não receberam qualquer tipo de reparação!

Há muito o MAB vinha pressionando o governo federal por uma definição oficial do conceito de 'atingido por barragem'. Segundo Cirineu o presidente Lula tinha "conversado com o movimento" recentemente e, na oportunidade, alegou que "não havia conjuntura" para tratar devidamente desse passivo social.³² Apesar do posicionamento do presidente da

³¹ A LO já tinha sido solicitada pelo Consórcio Ceste ao órgão ambiental para o acionamento da primeira das oito unidades geradoras da planta industrial hidrelétrica.

³² Lula já havia admitido em discurso público a dívida histórica do Estado brasileiro com os atingidos por barragens, por ocasião do lançamento do Plano Safra de Agricultura Familiar, em Brasília, em julho de 2009. A escolha do verbo "conversar" (que no uso informal tem o significado de seduzir pela palavra) pelo coordenador regional do MAB no Tocantins remeteu imediatamente à idéia de neutralização das lutas dos movimentos sociais nos dois governos do ex-líder petista, como propõem importantes analistas sociais que, sob a inspiração de Marx e do seu legado, escrevem no campo de discussão acerca da natureza da relação de movimentos populares com o Governo Lula. Entre outros, os sociólogos Francisco de Oliveira (2010), Ruy Braga (2010, 2012) e Rudá Ricci (2009), em cujas avaliações os movimentos sociais foram cooptados ou neutralizados nos governos do ex-líder petista por meio do empreguismo e/ou da dependência de verbas federais para o financiamento de seus programas e projetos. Essa proposição não é desprovida de base real. O próprio encerramento da marcha Terra, Água e

República, Rolf Hackbart fez questão de afirmar que apoiava a reivindicação do movimento social. Nesse sentido, ele sugeriu, uma "aliança política entre o Incra e o MAB ajudaria muito o Incra na disputa aí na esplanada" pela definição do conceito por meio de um decreto presidencial. "Eu já falei com o Gilberto Carvalho", disse Hackbart reproduzindo o que dissera para o chefe do Gabinete da Presidência da República nos mandatos presidenciais de Lula. "Afiml, baixa aí um decreto dizendo de uma vez quem é 'atingido', quem vai ficar nas margens dos reservatórios e quem estava nas áreas inundadas!".

Insistindo na gravidade da questão, Sobis e Hess sugeriram que o Incra e o MAB, juntos, realizassem um cadastro, um "levantamento socioeconômico prévio" nas áreas que dariam lugar aos lagos artificiais das barragens planejadas no país. Hackbart endossou a sugestão, dizendo que um cadastro nada mais era do que "um instrumento dinâmico que indicaria a recepção da demanda pelo Incra. "Um cadastro", ele prosseguiu dirigindo-se aos coordenadores do MAB, "é o reconhecimento de um movimento social organizado. Depois pode haver um julgamento dos cadastrados, mas o cadastro gera com certeza uma expectativa de direito, afirma a determinação do Incra de reconhecer os movimentos sociais organizados", ele disse com firmeza. "E o PAC 2 vai bombar o país!", acrescentou, fornecendo uma razão suplementar para a urgência da iniciativa que propusera. "A economia este ano vai crescer uns sete por cento", ele afirmou. "Crescer e não desenvolver!", concluiu o presidente, voltando-se novamente para Sobis e Hess como se pretendesse forjar ali uma identificação com a posição crítica do MAB quanto aos planos do governo federal para expansão da geração de energia hidrelétrica no país. Aberto e aparentemente desejoso de uma aliança com o movimento, Hackbart concluiu dizendo: "o Incra assenta as pessoas que os movimentos sociais indicam!".

Essa afirmação não é falsa, como mostra o sociólogo Marcelo Rosa (2009). Inspirado nos trabalhos da antropóloga Lygia Sigaud sobre a "forma acampamento", Rosa propõe a "forma movimento" como forma específica de organização social reconhecida por instâncias governamentais, especialmente o Incra, como mediadora legítima de reivindicações de acesso à terra por trabalhadores do campo no Brasil desde os anos 80. Para Hackbart, no entanto, me pareceu, o que estava em jogo naquele momento era o apoio do MAB à sua permanência na presidência do Incra. À época, uma 'equipe de transição' do governo Lula para o de sua pro-

Direitos deveu-se à avaliação dos seus organizadores no MAB e no MST de que um confronto de atingidos com a policial militar poderia prejudicar imagem do PT às vésperas das eleições presidenciais. A eleição do candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) seria mal maior. É preciso lembrar, no entanto, que a capacidade de pressão, influência ou ingerência do MAB nas políticas governamentais do PT encontrou expressão importante na assinatura do Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, que criou o cadastro socioeconômico dos atingidos, definindo, depois de mais de meio século, o conceito legal de atingido por barragem.

vável sucessora estava em formação e, regra geral, movimentos populares como o MST e o MAB, é sabido, ‘abençoam’, quando não indicam, quadros para o órgão fundiário federal.³³

Captando o pedido de apoio, Sobis lembrou a recomendação feita a lideranças do MAB pelo ministro-chefe da Secretária Geral da Presidência da República (2003-2010), Luis Dulci, e pelo assessor direto do ex-presidente Lula (2003-2010), Gilberto Carvalho. Segundo o coordenador nacional do movimento social, essas altas autoridades do governo federal teriam sugerido que os movimentos sociais insistissem que a responsabilidade pelo reassentamento das famílias atingidas pela construção de barragens deveria recair sobre os concessionários, não sobre o Estado. Uma reunião da qual participariam a SGPR, o MME, o BNDES e o MAB estava prevista para o futuro próximo, disse Sobis. Nela, ele garantiu, o movimento brigaria “para as empresas fazerem”. Enfático, o presidente do Incra elogiou a iniciativa do MAB de “cavar esses espaços” e recomendou que o movimento social buscasse “cavar mais espaços de poder dentro das superintendências do Incra”. Na mesma linha, concluindo a reunião, o Superintendente Ruberval Gomes da Silva aproveitou a deixa para reafirmar sua “abertura ao diálogo com os movimentos sociais no Tocantins”. Também ele pareceu pretender atrair o apoio do MAB à sua permanência no cargo.

CONCLUSÃO

Em janeiro de 2010, quando fui documentar a ida de Celso Lacerda ao PA Mucuíba, a primeira pessoa que vi foi Seu Paulo Augusto. Perguntei a ele o que estava achando do andamento das negociações com o Consórcio Ceste e o que sabia sobre a ida do alto funcionário do Incra ao assentamento. Descontente com a *Diretoria* nas reuniões com o Consórcio Ceste – o falar agressivo dos *dirigentes* da Associação Maria Trindade – e com os mediadores no MAB e da CPT que davam apoio a essas pessoas, Seu Paulo Augusto me disse:

Eu 'tô mesmo interessado é de sair daqui. E eu não vejo uma alternativa de sair como uma pessoa honesta sai do seu lugar, porque até ameaçado de despejo ouvi falar que tem uma liminar de despejo por aí – o juiz federal da segunda vara de Palmas fez isso aí de acordo com a Comarca daqui de Wanderlândia e daqui da Ribeira também. . .E aí eu acho que nós. . . o único jeito aqui é entrar de acordo e sair, não é? Porque a queda de braço tem três anos e sete meses e só piora as coisas! O poder dessa barragem aí do pessoal é o poder que eu sempre eu digo, é o poder do governo federal! Não tem uma outra pessoa que a gente possa falar com ele e pedir ajuda! Não tem! Porque a gente acreditava muito no Ministério Público Federal, não é? Mas a gente viu que ele 'tá de braço amarrado. Eu acho que ele começou a

³³ Em março de 2011, o próprio Celso Lacerda assumiu a presidência do Incra por indicação do MST, ainda que tenha pesado à decisão da sua nomeação sua proximidade com a Casa Civil no Grupo de Trabalho de acompanhamento das obras do PAC que impactam projetos de assentamento do Incra. A nomeação de Rolf Hackbart, ao contrário, tinha desagradado o MST e instituições ligadas à questão agrária no país que apoiavam o geógrafo Marcelo Resende, seu antecessor.

*perder força desde uma liminar que eles, o do Tocantins com o do Maranhão, deram contra a empresa aí que tinha que fazer um levantamento do Tucuruí ao Lajeado! [da UHE Tucuruí à UHE Lajeado]. E aí animou todo mundo, porque aí não ia ter barragem, não é? Ia ter que fazer **toodo** estudo novamente. Aí não ia ter! A Casa Civil derrubou isso com a maior facilidade! De lá pra cá a empresa aí, o consórcio, tomou força e faz o que quer!* (entrevista nº 24, de setembro de 2010).

“O Ceste é um trator!”, como Samuel e Edileusa repetiram tantas vezes nos relatos sobre sua ida à Brasília após a marcha. Essa declaração de Rolf Hackbart teve efeito persuasivo sobre os assentados que se preparavam para deixar a beira do Tocantins, *sem a alguém grande com quem falar*, como um dia pensaram que o *Dr. Álvaro*, procurador da República, seria. A reunião no Incra, além disso, educou essas pessoas quanto ao caráter não homogêneo do *Governo*. O Incra era piaba, mas também podia ser tucunaré para gente como eles.

Mais de dois anos depois desse ‘encontro’ com o Hackbart, me surpreendi com meu amigo Badu repetindo essa fala numa roda de amigos já no Reassentamento Rural Coletivo Najá. Na ocasião, empregados do Consórcio Ceste chegavam ao reassentamento trazendo cheques referentes ao reembolso da diferença paga pelos reassentados quando da quitação da sua fatura de energia elétrica entre outubro de 2010 e junho de 2012. Nesse período, junto à Companhia de Energia Elétrica do Tocantins, os lotes ali foram enquadrados como imóvel urbano, não rural. No documento apresentado aos titulares para aporem suas assinaturas, entretanto, constava o seguinte texto: “... Declaro ainda que o lote recebido possui os serviços básicos de energia elétrica e abastecimento de água mediante o sistema de poço”. A discussão na roda de amigos do Badu era justamente sobre isso: o problema do abastecimento de água estava longe de ter sido resolvido. A água dos poços das casas não é própria para o consumo humano. Malgrado isso, todos assinaram, como aconselhava Badu.

Recentemente, soube por um agrônomo agente de pastoral que duas tentativas suas de reunir com as famílias no RRC Najá tinham fracassado. “Ninguém quis ir porque não era para receber dinheiro”, ele disse ter ouvido de um rapaz, filho de uma dessas famílias, num encontro de jovens que a CPT promoveu ali. Tudo se passa como se, descrentes da sua capacidade de enfrentamento com o “trator”, essas pessoas estivessem cada vez mais retornando ao modo tradicional de fazer política – o favor, que o Consórcio Ceste parece bem administrar oferecendo pequenas quantias em dinheiro como “indenização” pelas obras de infraestrutura do reassentamento que se recusa a concluir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEVILÁQUA, C. Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas. *Campos* (Curitiba), 2003, no. 3, p. 51-64.

Leite, S. et al. *Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o Meio Rural brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, DF.: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2004. 392 p.

PAULANI, L. M. Quando o medo vence a esperança: um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula. *Crítica Marxista*, Campinas, no. 19, out. 2004.

PAULANI, L. M. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEIRANO, Marisa, org. *O dito e o feito : ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. 167 p.

PEIRANO, M. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ROSA, Marcelo. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil 95. In Fernandes, B. M., MEDEIROS, L. S. de e PAULILO, M. I., org. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas 2: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora Unesp, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 95-111.

SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico. In Santos, L. A. e Andrade L. M. M. *As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p. 111-120.

SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap* (São Paulo), 2000, no. 58, p. 73-92.

VIVEIROS DE CASTRO, E. & Andrade, L. M. M. Hidrelétrica do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In Santos, L. A. e Andrade L. M. M. *As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p. 7-23.